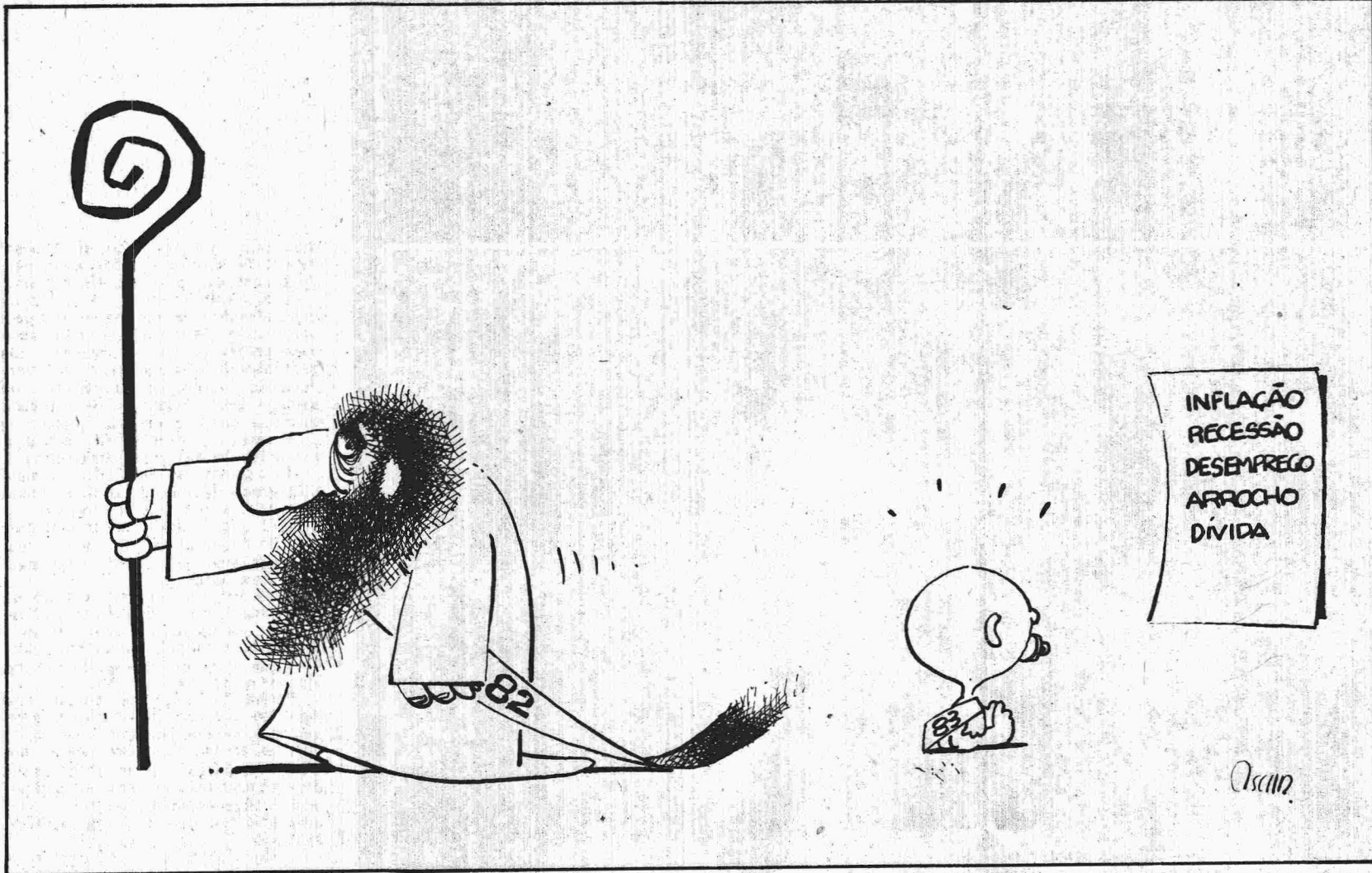


Cuidem-se, 1983 vem aí!

Os indicadores econômicos apontam em direção à queda.
Tudo indica que o crescimento do Brasil, até 1986, será mais lento
do que nos últimos anos e o comércio mundial não
dá mostras de recuperação total a curto prazo

Eduardo Pinto
Secretário de Redação



Tendências recentes

Desde o começo de 1974, vem o Brasil procurando, mediante uma série de políticas, ajustar-se às novas realidades da economia internacional resultantes da triplificação dos preços do petróleo. De início, pouco esforço se fez para moderar as taxas de crescimento dos anos anteriores: o produto interno bruto (PIB) real aumentou 9,5% em 1974, proporção apenas moderadamente inferior à média de 11,3% do período 1973-78. A seguir, no período 1975-78, o ritmo de crescimento do PIB real reduziu-se à média de 6,4%, como resultado do agravamento da recessão internacional, das más condições meteorológicas que predominaram durante vários anos, de controle sobre as importações e de um índice gradativamente menor de investimento do setor privado, o que tendeu a neutralizar os investimentos públicos no setor energético e em diversos projetos de substituição de importações executados por empresas estatais. Mesmo assim, o índice de crescimento do Brasil no período 1975-78 permaneceu consideravelmente acima da média de 4,9% para o conjunto da América Latina. Registrou-se também considerável progresso na balança comercial, que, após ter atingido um déficit recorde de US\$4,7 bilhões em 1974, acusou déficit de apenas US\$ 1 bilhão em 1978. Esse resultado refletiu em parte o desempenho dinâmico das exportações, especialmente de bens manufaturados. As importações também contribuíram para esse resultado. No período 1974-1977, as importações declinaram à média anual de 1,7%, devido em grande parte ao nivelamento dos incrementos reais nos preços do petróleo após 1974, aos efeitos das restrições sobre as compras no exterior, ao crescimento mais lento do PIB e aos efeitos benéficos dos programas de substituição de importações. Contudo, em 1978, as importações aumentaram 13,8% em razão da alta dos preços internacionais. Isso resultou num índice médio geral de incremento das importações de 2% ao ano durante o período 1974-1978.

Em 1979-80, o crescimento do PIB real acelerou-se, atingindo a taxa média de 7,3% e superando novamente o incremento anual de 5,9% registrado na região durante o mesmo período. Essa aceleração deveu-se em parte à reativação do investimento interno bruto, o qual, após declinar ligeiramente em termos reais em 1975-78, voltou a crescer para quase 6% ao ano em 1979-80, reagindo principalmente à elevação dos níveis da despesa pública. O crescimento do valor agregado agrícola também acelerou-se de sua taxa real de 4,2% em 1975-78 para a média de 5,7% em 1979-80, principalmente em decorrência da melhoria geral das condições meteorológicas e do aumento do plantio, sobretudo de lavouras comerciais, que foram estimuladas pela política oficial, e notadamente por créditos subsidiados.

A estratégia de crescimento adotada pelo Governo, depois de 1974, não deixou de acarretar custos e limitações de vulto. Em primeiro lugar, o rápido incremento do endividamento externo requerido para financiar a expansão econômica do país contribuiu para a multiplicação da dívida externa, que passou de um total de US\$12,6 bilhões (6,5% do PIB) em 1973 para US\$ 53,8 bilhões (19,1% do PIB) ao fim de 1980. O crescimento da dívida externa foi excepcionalmente grande em 1978, quando as obrigações totais no exterior saltaram de US\$11,5 bilhões para US\$ 43,5 bilhões, aumento que não só cobriu o déficit em conta corrente como também elevou as reservas externas a níveis sem precedentes. Por seu turno, as necessidades do serviço dessa dívida (juros líquidos mais amortização) elevaram-se verticalmente, de US\$2,2 bilhões (35% das exportações de mercadorias) em 1973 para US\$ 11,3 bilhões (56% das mesmas exportações) em 1980. O vertiginoso crescimento do serviço da dívida foi agravado pelos recentes incrementos dos juros internacionais, especialmente a taxa de oferta interbancária de Londres (Libor), cujas variações afetam mais de 70% da dívida externa do Brasil. Essas taxas variáveis, que foram negativas em termos reais no período 1974-78, passaram a ser positivas em 1979-80 e contribuíram para o acentuado incremento dos pagamentos a fatores de produção ocorrido durante o período.

Em segundo lugar, devido, principalmente, aos maciços influxos de capital após 1974 e ao efeito expansionista que exerceram sobre a base monetária, verificou-se apenas pequeno alívio das pressões sobre o nível de preços. Da mesma forma, os esforços para reduzir a inflação foram frustrados pelos efeitos inflacionários da correção monetária, pelo aumento dos preços dos alimentos, pelo cada vez mais vultoso déficit do setor público e pelo rápido crescimento do crédito interno — subsidiado em proporção cada vez maior — a grupos prioritários tais como agricultores e exportadores. Finalmente, os esforços para controlar a inflação foram particularmente prejudicados pelo segundo choque do petróleo, o qual, iniciado em 1979, foi parcialmente responsável pela aceleração do índice geral de preços, de um crescimento médio relativamente estável de 39% em 1975-78 para 77% em 1979 e 110% em 1980 — o maior incremento registrado em 12 meses na história do Brasil.

Em face das contrições cada vez mais severas do setor externo e da elevação inaceitável do nível de preços, as autoridades começaram a pôr em prática em fins de 1980 uma série de medidas de contenção monetária e fiscal que afetaram pesadamente o nível da atividade econômica em 1981. Segundo estimativas preliminares o PIB real, após aumentar 7,9% em 1980, baixou cerca de 2%, ao passo que o PIB per capita caiu para 4,2%, sua maior queda em duas décadas. O impacto dessas medidas foi sentido pelo setor manufatureiro, que acusou queda de 6,4%, contra um incremento de 7,6% no ano anterior. O desemprego industrial também passou a ser importante

fonte de preocupação em grandes centros urbanos como São Paulo, particularmente atingido pelo agudo decréscimo nas vendas de automóveis. Contudo, a agricultura registrou grande incremento: seu valor agregado real aumentou 6,8%, em grande parte impulsionado por um vertiginoso crescimento de 88% na produção de café, permitindo ao setor recuperar-se pronunciadamente da tendência descendente do ano anterior.

No balanço de pagamentos, o Brasil conseguiu melhorar marcadamente sua balança comercial, que saiu de um déficit médio de US\$ 2,8 bilhões em 1979-80 para atingir um superávit de US\$ 1,2 bilhão em 1981. Essa melhoria foi parcialmente possibilitada pelas exportações, que, a despeito da demanda geralmente fraca em muitas nações industrializadas, cresceram à taxa estimada de 15,7%, somando US\$23,3 bilhões. Ao mesmo tempo, as importações caíram 3,8%, baixando ao montante estimado de US\$ 22,1 bilhões, devido em grande parte aos níveis deprimidos da atividade econômica e ao abrandamento dos preços do petróleo. Ademais, a melhoria da balança comercial mais do que compensou os efeitos dos constantes aumentos na taxa Libor durante a maior parte do ano (o que levou os pagamentos de juros líquidos a aumentar cerca de 45,4%, para US\$ 9,2 bilhões) e ajudou a reduzir o déficit em conta corrente em US\$1,2 bilhão, ou seja, para a importância estimada de US\$11,6 bilhões. Não obstante, o coeficiente do serviço da dívida cresceu agudamente, chegando à proporção sem precedentes de 67%, ao passo que a dívida externa total se expandia em 14%, totalizando US\$ 61,4 bilhões.

POLÍTICAS ECONOMICAS

Em face de um alarmante incremento da oferta monetária, que em maio de 1981 estava crescendo à taxa anual de 56,5%, e da deterioração do balanço de pagamentos, as autoridades modificaram substancialmente a política econômica a partir de fins de 1980 e durante os primeiros meses de 1981. Uma das suas importantes metas era dar mais livre curso às forças do mercado como meio não só de eliminar persistentes distorções nos preços relativos como também de incrementar o índice de poupança interna. Esse último objetivo mereceu prioridade especial em razão dos crescentes problemas (e do aumento dos custos) de obtenção de novos empréstimos externos. Tendo isso em mira, as autoridades adotaram uma série de medidas que visavam a liberalização parcial da economia, especialmente na área financeira. As taxas de juros foram liberadas em fins de 1980 em quase todas as áreas; foi abrandado o tabelamento de uma ampla variedade de produtos, a fim de aliviar a insuficiência, e aumentar a geração interna de caixa pelas empresas; e, finalmente, as autoridades aboliram em 1980 a política de pré-fixação dos índices da correção monetária e da desvalorização cambial, adotada em 1980, objetivando sustar as renovadas expectativas inflacionárias dissipar os temores de

loração de 32,7% em dezembro de 1979.

Para os produtores, a nova política do Governo exacerbou uma situação já difícil, uma vez que as taxas de juros internos — exceto nos créditos à agricultura e à exportação — tornaram-se fortemente positivas em termos reais, especialmente quando foram impostos também controles quantitativos do crédito. Ao mesmo tempo, foram postas em prática outras medidas para alcançar uma execução financeira mais eficaz e abrangente. Fundamentalmente, esse objetivo foi alcançado por intermédio da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), criada em 1980. Diretamente subordinada ao Ministério do Planejamento, a SEST foi investida de considerável autoridade não só para regular as importações e o endividamento externo como também para impor limites à despesa. Em 1981, seu primeiro ano completo de operações, a SEST obteve considerável êxito na coordenação das operações e na limitação dos gastos de cerca de 370 empresas e entidades estatais, mesmo numa situação em que estas foram afetadas pela inesperada elevação das taxas de juros e por incrementos nos salários reais.

Tais medidas deprimiram a atividade econômica, mas contribuíram para uma significativa melhoria da balança comercial. Nesse sentido, foi especialmente importante a política de desvalorização em linha com a inflação interna, adotada em 1981. Para os importadores, o benefício dessa política é revelado parcialmente pelo fato de haver o cruzeiro sido desvalorizado 36 vezes em 1981, no total de 95,1% (taxa virtualmente idêntica à de aumento do IPC), contra 22 desvalorizações, no total de apenas 54%, no ano anterior, quando os preços subiram 110%. Simultaneamente, registrou-se progresso em 1981 na gradativa redução da inflação; o IPC, depois de aumentar à taxa anualizada de 137% no primeiro trimestre, desacelerou-se para 69% no quarto trimestre. No fim do ano, o aumento dos preços havia sido de 95,2%, ou seja, 15 pontos menos do que em dezembro de 1980. A incapacidade de conseguir reduzir ainda mais o crescimento dos preços decorreu, entre outros fatores, do alto índice de correção monetária, da abolição de muitos preços tabelados, dos níveis persistentemente altos dos juros internacionais e da persistência dos subsídios oficiais, que contribuíram para o crescimento da base monetária. No fim do ano, a base monetária e os meios de pagamento haviam aumentado a taxas de 69% e 73%, respectivamente. Esses níveis foram mais uma vez bastante superiores aos incrementos previstos. Ademais, as taxas médias de juros nos segmentos dos mercados financeiros não afetados pelo crédito subsidiado saltaram para 150% ao ano. A ocorrência de taxas reais dessa magnitude contribuiu significativamente para o agudo declínio da demanda global, em geral, e para a acentuada queda da demanda de bens duráveis de consumo, em particular.

PERSPECTIVAS

Segundo tudo parece indicar, é

Como diz um humorista, os economistas podem não ter feito muito bem, ao Brasil, mas conseguiram popularizar os temas econômicos a um nível inimaginável. Inflação, recessão, estagflação, taxas de juros, se transformaram em conversa do dia-a-dia. Como diz outro, também humorista, o mérito é todo dos «Seplan-boys».

Pelo que dizem os analistas, referindo-se a 1983, no Reveillon que vem aí, «Feliz Ano Novo», será uma mera expressão de retórica. Senhores passageiros do Brasil, apertem os cintos que o ano que vem por aí, «será para qualquer um botar defeito». Esperam-se turbulências, e por isso, o lanche está suspenso. Entre outras promessas para 83, estão as seguintes: 1. Restrição ainda maior ao crédito, com a manutenção de taxas internas altas de juros, acima das internacionais; 2. Aperto crescente nas importações; 3. Diminuição do crescimento de setores industriais; 4. Desemprego.

É a conta que está sendo apresentada ao Brasil, e que todos nós teremos de pagar. Como diz o professor Adroaldo Moura da Silva, da Universidade de São Paulo, «o país quebrou em setembro» e só restará a possibilidade de «trabalhar mais e gastar menos». Isto os que tiverem em quê.

De qualquer forma, a crise econômica conseguiu algo que nem o nosso futebol nem o samba conseguiram até hoje: colocar o Brasil, assim como o México, Argentina, e outros menos votados (ou devedores) nas manchetes e preocupações

internacionais. E cada vez maior o número de editoriais, notícias, publicações especializadas, **brazilianists**, a examinar o «caso brasileiro». Afinal, 88 bilhões de dólares (o tamanho da nossa dívida externa, por enquanto), é dinheiro em qualquer idioma.

Em seu Relatório de 1982, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na parte em que analisa o Brasil, diz, entre outras coisas, que o crescimento do Brasil, na próxima década, será certamente «mais lento do que nos últimos 15 anos». Entre os mais sérios problemas da economia brasileira, ressalta o compromisso com o pagamento da dívida externa, que representa «mais de 70% das obrigações no exterior».

Aliás, sobre essa dívida, o BID analisa o crescimento do endividamento externo, de US\$ 12 bilhões em 1973 (6,5% do PIB), para US\$ 53,8 bilhões no final de 1981 (19,1% do PIB) — sem contar que, atualmente, esta dívida atinge a US\$ 88 bilhões. Pior do que o crescimento do montante da dívida, é o crescimento do seu serviço (juros e amortizações), que eram de US\$ 2,2 bilhões em 1973 (35% das exportações) em 1980 atingiam a US\$ 11,3 bilhões (56% das vendas externas de mercadorias), e, em 1983, devem atingir a algo em torno de 18 a 20 bilhões de dólares (cerca de 70% das exportações previstas). O Relatório, como convém a um relatório, é formal, frio, não dramatiza. Prevê, em pouco mais de meia dúzia de linhas, recessão, desemprego, arrocho. Leiam e meditem. E feliz 1983

quase certo que o crescimento do Brasil até 1986 será mais lento do que nos últimos 15 anos. Essa queda de ritmo será devida em parte à perspectiva menos favorável do comércio externo, resultante do crescimento mais lento da economia mundial e das cada vez mais fortes correntes de protecionismo nos países tanto desenvolvidos como em desenvolvimento. O declínio da taxa de crescimento das exportações brasileiras nos primeiros quatro meses de 1982 evidenciou, claramente, esses problemas: além disso, as projeções disponíveis fazem prever uma recuperação apenas parcial no comércio mundial depois de 1983.

Ao mesmo tempo, os aumentos de custo da energia (e, provavelmente, de outros recursos não renováveis) também afetarão o ritmo geral de crescimento do Brasil. De particular importância é o petróleo, produto que, a despeito do significativo incremento da produção interna, de medidas de conservação e do maior uso de fontes não tradicionais de energia, continuará a exercer grande influência sobre as importações e sobre as contas comerciais. Assim, em 1980, quando a taxa de crescimento do PIB foi de quase 8%, as despesas com o petróleo representaram 41% das importações. Em 1981, quando se registrou o índice de crescimento negativo de 1,9%, o petróleo representou 47% do total importado pelo país. Tendo em vista as perspectivas de crescimento mais lento e a necessidade de reduzir a inflação, o Governo intensificou seus esforços para reduzir a despesa deficitária re-

querida para custear os orçamentos de operações de muitas empresas estatais e para reduzir a expansão da base monetária causada pelos juros subsidiados concedidos a atividades prioritárias como a agricultura, o Proálcool e as exportações.

Finalmente, o crescimento a médio prazo do Brasil será limitado pela dívida externa, que em fins de 1981 montava (incluindo a dívida não garantida) a US\$ 61,4 bilhões, total cerca de cinco vezes maior que o de 1973. Contudo, mais do que sua magnitude, o problema principal da dívida externa é representado pelo seu serviço. Em 1981, as obrigações a título de serviço da dívida totalizaram cerca de US\$15,6 bilhões e representaram a proporção recorde de 66% das exportações. Em boa parte, o problema do serviço da dívida de 66% das exportações. Em boa parte o problema do serviço da dívida foi causado pela persistência nos últimos anos de altos níveis de juros internacionais, aos quais se vinculam aproximadamente 70% das obrigações do Brasil no exterior. Assim, em razão do impacto que esse requisito de serviço exercem sobre o déficit em conta corrente, pode-se esperar que a dívida externa do Brasil continue a aumentar, em termos de dólares, durante 1982-86. Contudo, os incrementos adicionais à dívida externa estão sendo cuidadosamente regulados, a fim de evitar que neutralizem os aumentos do crescimento da capacidade de exportação. Da mesma forma, constante atenção vem sendo dada à melhoria da estrutura geral dos vencimentos da dívida.

Indicadores econômicos

População total (1981, em milhares) 121.547
Taxa anual de crescimento demográfico (1970-81) 2,5%

	1979	1980	1981 ^a
Produção Real (Taxa de crescimento)			
PIB total (preços de mercado)	6,8	7,9	-1,9
Agrropecuária	5,0	6,3	6,8
Mineração	10,0	12,6	-9,2
Manufatura	6,7	7,8	-6,4
Construção	3,5	7,8	-4,2
Governo Federal (% do PIB)			
Receita corrente	8,7	9,3	8,8
Despesa corrente	5,4	6,0	5,3
Poupança corrente	3,3	3,3	3,5
Gastos de capital	2,9	3,1	3,2
Déficit ou superávit	0,4	0,3	0,4
Financiamento interno	-0,4	-0,3	-0,4
Moeda e Preços (Taxa de crescimento)			
Preços ao consumidor (Rio de Janeiro)	52,7	82,8	-105,5
Oferta monetária	73,6	70,2	73,0
Crédito interno	66,0	75,5	108,7 ¹
Setor público	93,0	159,8	145,2 ¹
Setor privado	65,1	72,3	105,7
Balanço de Pagamentos (Milhões de dólares)			
Exportações de mercadorias (FOB)	15.235	20.140	23.293
Importações de mercadorias (FOB)	17.942	22.956	22.091
Balança comercial	-2.707	-2.816	1.202
Serviços líquidos	-7.920	-10.209	-12.991
Saldo em conta corrente	-10.742	-12.871	-11.590
Capital oficial	3.616	545	n.d.
Capital privado	2.633	6.607	n.d.
Variação nas reservas líquidas (- aumento)	2.206	2.776	-594
Reservas externas líquidas	9.689	6.913	7.507
Dívida Pública Externa (Milhões de dólares)			
Total	47.510	51.458	n.d.
Desembolsada	34.035	37.270	n.d.
Serviço da dívida (juros e amortização)	6.434	7.911	n.d.
Serviço da dívida/Exportações de bens e serviços não fatoriais (percentagem)	38,5	36,1	n.d.

¹ As cifras desta tabela foram fornecidas pelo Banco Central do Brasil em fins de julho de 1982. Podem divergir, especialmente em relação a 1981, das incluídas nas tabelas regionais, bem como das fontes oficiais, que já se achavam impressas.

² Inclusive empréstimos não bancários ao setor público.

³ Estimativas preliminares.

⁴ Novembro de 1980-1981.

* N.D. — Não Disponível